

O plano de reestruturação imposto por Bruxelas terminou, finalmente, em 31 de dezembro de 2020, saindo a empresa deste processo mais enfraquecida e fragilizada na sua representatividade, dispensando milhares de trabalhadores, encerrando centenas de agências, vendendo património ao desbarato, desistindo praticamente do negócio internacional. Mas as preocupações dos trabalhadores e dos clientes parecem estar para durar. E porquê? Porque **ainda que nunca tenha sido explicado aos trabalhadores o “plano estratégico 2021-2024”, tudo indica que a sua matriz se mantém inalterada, ou seja, pressão, coação, discriminação e assédio sobre os trabalhadores...**

- As pressões para adesão aos programas de RMA (Revogação por Mútuo Acordo) e PPR (Programa de Pré-Reforma) continuam, desta vez, com “inovações”, nomeadamente, apresentando as propostas via telefone sem qualquer respeito pelo trabalhador que se vê confrontado com uma matéria tão sensível e relevante, através de um mero contacto telefónico;
- Alguns dos trabalhadores que não aceitaram as propostas apresentadas no âmbito dos referidos programas são penalizados com atropelos ao AE e práticas que configuram assédio moral;
- Com instruções do Governo e da DGS para que se evitem os contactos presenciais e as pessoas fiquem em casa, na Empresa as orientações que vigoram são as de pressionar os trabalhadores para concretizarem vendas de produtos como fundos de investimento, cartões, entre outros, exigindo a deslocação do cliente à agência;
- A discriminação impera, com a esmagadora maioria das agências a não ser incluída no chamado “trabalho em espelho”, mesmo quando este é possível, pois os critérios são desconhecidos e as regras do sistema de rotatividade, que deveria ser uma ferramenta de prevenção e preservação da saúde dos trabalhadores e dos clientes, são a arbitrariedade e a desorganização no seu expoente máximo;
- Comportamentos negligentes e irresponsáveis de algumas chefias e da própria Empresa que tendo conhecimento de contactos de trabalhadores com potenciais portadores do vírus de COVID 19 não espoletam os procedimentos instituídos;
- Prémios comerciais que não são pagos aos trabalhadores que cumprem os critérios para os receber, porque tiveram o “azar” de ficar em isolamento profilático por risco de contágio da COVID 19.

**A gestão não pode dizer que ignora este descalabro que o STEC há muito vem denunciando e que está a deixar os trabalhadores “sem chão” conduzindo-os a situações de stress e depressão, que aumentam todos os dias, perante a indiferença de quem manda na CGD!**

Não vamos baixar os braços e deixar que a CGD se torne numa Empresa, onde se vive, autenticamente, na “lei da selva” e em que os trabalhadores são atirados impunemente para uma situação de descalabro, social, físico e psíquico.

**E antes que seja tarde de mais recorreremos a tudo e a todos. Ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao 1º Ministro, ao Ministério das Finanças, à Autoridade das Condições de Trabalho, para denunciar esta perigosa e inaceitável situação.**

**Mobilizaremos os trabalhadores, os reformados, os clientes, todos aqueles que sentem e vivem a CGD, que a ajudaram a construir e que todos os dias se esforçam em defender a sua imagem e o seu futuro, e que não admitem que todo este valioso património seja delapidado... antes que seja tarde de mais.**